

São Paulo, 24 de junho de 2016.

A

XX Concílio Geral da Igreja Metodista

A/c Bispo Adonias Pereira do Lago - Presidente

Assunto: **RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS – Referentes aos Balanços Encerrados em 31/12 dos Exercícios de 2011 a 2015.**

O Conselho Fiscal eleito no XIX Concílio Geral da Igreja Metodista com mandato iniciado em 01/01/2012 vem encaminhar respeitosamente o RELATÓRIO FINAL para o plenário do XX Concílio Geral.

### **INTRODUÇÃO**

O conselho fiscal iniciou suas atividades constatando a não localização, na sede, de registros e informações que contemplasse as atividades desenvolvidas pelos conselhos anteriores, excetos os Pareceres publicados no livros de Atas e Documentos.

Assim, de modo a possibilitar que os trabalhos realizados por este conselho estejam à disposição para consulta futuras adotamos como procedimentos, elaborar e manter nos arquivos da Sede Geral cópias, em arquivos digital, das atas, relatórios e pareceres.

Outro ponto importante a destacar está relacionada a *dificuldade de comunicação* entre as decisões da COGEAM e a devida e necessária observância/controle pelo Conselho Fiscal, nas decisões que impactaram nos registros contábeis das demonstrações financeiras e consequente avaliação de cumprimento dos dispositivos legais.

### **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Somando às interações online de trabalho, este conselho se reuniu ordinariamente e extraordinariamente na sede nacional da igreja pelo menos duas vezes por ano com objetivo de analisar os balanços dos exercícios encerrados em 31/12 dos anos de 2011 a 2015, atendendo assim os ditames legais conforme quadro abaixo.

<b>ANO</b>	<b>DATA DAS REUNIÕES</b>
2012	30 e 31/mar
	18 e 19/Mai
2013	01 e 02/mar
	21 e 22/jun
	06 e 07/set
2014	16 e 17/mai
	22 e 23/ago
2015	15 e 16/mai
	12 e 13/set
2016	18 e 19/mar
	17/jun
	24/jun

O conselho emitiu PARECER conclusivo sobre as Demonstrações Contábeis dos Exercícios conforme acima e recomendou APROVAÇÃO com as RESSALVAS constantes do relatório de auditoria independente.

Anualmente encaminhamos à COGEAM o Relatório do Conselho Fiscal Sobre as Atividades Desenvolvidas objetivando assim tornar público nossas considerações e recomendações as áreas competentes.

#### **COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL**

A extensão e abrangência de qualquer Conselho Fiscal, têm fundamentação amplamente conhecida no meio técnico, visto tratar-se de prática bem regulamentada, aplicada como regra geral nas instituições, de fins econômicos ou não.

Até mesmo como fruto da dificuldade de comunicação antes referida, este conselho, em alguns momentos no desenvolvimento de suas atividades se deparou com conflitos de competência na sua metodologia de atuação, em razão de uma aparente ausência na prática daquilo que via de regra é habitual e normalizado nas demais instituições. Desta forma, muito do que realizou teve como universo de atuação o âmbito CONTÁBIL como prioridade, servindo como fonte de informações a respeito de decisões econômicas/financeiras da administração. Mesmo com o prejuízo do feedback não acontecido, não nos esquivamos de, algumas vezes, formalizarmos opiniões deste Conselho representativo do Concílio Geral.

Após debater, por mais uma vez, sobre o assunto e meios de se buscar fortalecimento desta atividade na AIM, atendendo ao que dela legalmente se exige, verificamos que nos cânones 2012-2016 não constam as competências do Conselho Fiscal da AIM, mas apenas na letra “f” do inciso VI do artigo 25 a composição do membros do Conselho Fiscal.

Após consulta ao Estatuto da AIM, constatamos que as competências do Conselho Fiscal estão definidas no artigo 11 conforme reproduzido a seguir:

- a) fiscalizar os atos da administração, quanto aos aspectos econômico, financeiro, patrimonial, previdenciário, trabalhista e tributário;
- b) opinar sobre o “Balanço anual e Demonstrativos da administração”, fazendo constar do seu parecer as informações ou recomendações que julgar necessários ou úteis à deliberação superior;
- c) recomendar à administração da AIM. As medidas apropriadas para correção de erros administrativos levantados;
- d) Relatar à Assembleia Geral, que tomará as providências necessárias, além de outros, no caso de fraudes, crimes ou ilícitos verbais e administrativos levantados;

- e) analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete de verificação e demais demonstrações contábeis e financeiras;
- f) examinar e dar parecer sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Superávit ou Déficit Acumulado, Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos e outras peças contábeis pertinentes;
- g) avaliar a qualidade e a eficiência dos controles internos da instituição;
- h) avaliar o estado da AIM fiscalizada, quanto aos aspectos econômico, financeiro e patrimonial;
- i) executar outras tarefas necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

O exercício das competências do Conselho Fiscal possui grande amplitude e responsabilidade, entretanto, em muito se limitou a atender os aspectos legais da legislação vigente no país.

Como pode ser observado nos relatórios dos últimos exercícios emitidos por este conselho, muitas decisões no âmbito econômico/financeiro que impactaram negativamente ou positivamente o resultado financeiro da AIM, não foram consultadas/apreciadas preventivamente por este conselho, não sendo possível atuar de forma mais efetiva, uma vez que os componentes deste são pessoas com habilidade profissional da área. Restando apenas identificar nas demonstrações a ocorrência dos impactos das decisões.

#### **RELATÓRIO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Balanço Encerrado Em 31/12/2015

O conselho esteve reunido nos dias 18 e 19 de março e 17 e 24 de junho/2016 para analisar os demonstrativos contábeis da AIM encerrado em 31/12/2015.

Observamos ainda dificuldades dos recebimentos dos balancetes contábeis da unidades que compõem a AIM no momento da CONSOLIDAÇÃO DOS BALANÇOS: FATEO, Voz Missionária e Confederação de Mulheres, gerando demora na conclusão dos trabalhos. O conselho solicitou a secretaria executiva que cobrasse aos responsáveis uma vez que havia necessidade de tempo hábil para fechamento do balanço.

Foi solicitado a empresa responsável pelos trabalhos de auditoria que fosse anexado os documentos e testes efetuados que serviram de base para aferir os resultados e estabelecer o grau de confiança dos controles internos dos registros contábeis. O que foi apresentado no relatório final da empresa.

Neste exercício o recebimento dos alugueres da rede de educação ocorreu de forma mais regular do que nos exercícios anteriores, o que gerou melhoria na execução dos trabalhos da tesouraria nacional. Registramos que a partir deste exercício os custos dos subsídios dos pastores nomeados nas pastorais universitárias das instituições passaram a ser pagos com

recursos desta fonte com os devidos ajustes entre as partes, com base na “Normas Para Os Subsídios Para Pastorais Escolares e Universitárias” e Cânones 2012/2016 Art. 24 §§ 2º e 3º.

Na reunião do dia 17/06/16 foram analisados os saldos do balanço consolidado e solicitado os esclarecimentos/regularizações das divergências apontadas pelo conselho à tesoureira e o contador para que na próxima reunião seja possível fechar o parecer conclusivo.

Outros aspectos relevantes neste exercício foi o início da implantação das atividades Editoria Angular, após discussão solicitamos que o resultado fosse apresentado por área de “atividade”: No Cenáculo, Expositor Cristão, Revistas da Escola Dominical e outros. O que foi observado pela auditoria.

Após a conclusão dos trabalhos de análises, o conselho fiscal, emitiu o PARECER conclusivo sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015, recomendando APROVAÇÃO com as ressalvas constantes do relatório da auditoria independente ao plenário do XX Concílio Geral e a publicação no órgão oficial da igreja, Expositor Cristão.

## **DESTAQUES DOS RELATÓRIOS DO CONSELHO FISCAL NO PERÍODO DE 2012 A 2014**

### **Relatório de 2012**

#### **DESTAQUE DA ANÁLISE DO BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2011**

- **ATIVOS FINANCEIROS** – Observou-se diminuição do capital de giro de 60,72% em relação ao exercício de 2010.
- **VENDA DE ATIVO IMOBILIZADO** – Venda do imóvel do IEP (não realizada) contabilizados os valores a receber no curto prazo os direitos vencidos em 2011. Ainda no não circulante encontram-se os valores registrados referente ao Mútuo do IMB com saldo de R\$7.890.194,98, cuja liquidação se dará em até cinco anos sem data fixa de início de pagamento.
- **ALUGUÉIS A RECEBER LÍQUIDO DE PROVISÃO** – A perda efetiva representa 84,3% do recebível. Maior devedor era o Instituto Educacional Piracicabano com 77,5% do total e o Instituto Metodista de São Bernardo do Campo em 21,4%. Montante de R\$11.181.388,28, a provisão de perda constituída no valor de R\$9.426.517,72 restando saldo líquido de R\$1.754.870,56.

- **IMOBILIZADO** – Ausência de controle patrimonial adequado. Não realização de lançamentos de depreciações e atualizações por falta de qualidade nas informações oriunda das regiões.
- **PASSIVO CIRCULANTE** - Alteração no perfil da dívida transformando-a de curto para longo prazo. O empréstimo junto a instituição financeira de maior relevância estava vinculada ao Instituto Bennett com garantias de aval de devedor solidário pela AIM.

*CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:*

- ✓ A empresa de auditoria deverá rever a contabilização dos juros não apropriados relativo ao contrato de Mútuo do Instituto Metodista Bennett que impacta diretamente no resultado do exercício;
- ✓ A empresa de Auditoria deverá apresentar o relatório final com notas explicativas que farão parte integrante do Balanço Patrimonial;
- ✓ Decide que as Demonstrações Financeiras deverão ser publicadas no órgão oficial da AIM.

**Relatório de 2013**

***DESTAQUE DA ANÁLISE DO BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2012***

Considerando que neste exercício ocorreu a intervenção significativa do conselho fiscal nos demonstrativos contábeis do exercício de 2012, transcrevemos parte do relatório.

“O Conselho Fiscal esteve reunido nos meses de março, junho e setembro do corrente ano, ordinariamente e extraordinariamente na sede nacional, para analisar as demonstrações contábeis do exercício de 2012 da Associação da Igreja Metodista.

No decorrer dos trabalhos foram avaliados documentos contábeis, financeiros, contratos, atas e documentos (COGEAM, CONSAD, Concílio Geral e etc.), relatório da auditoria independente, entrevista com colaboradores das áreas correlatas, representantes das instituições que impactaram significativamente e diretamente no resultado da AIM.

Em especial, este conselho emitiu PARECER conclusivo sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2012, recomendando APROVAÇÃO com as ressalvas constantes do relatório de auditoria independente.

Entretanto, registramos neste relatório aspectos que consideramos relevantes e que foram fundamentais para o resultado final dos nossos trabalhos.

- **Publicação do Balanço Patrimonial**

Este conselho registra a importância da publicação do Balanço Patrimonial do Exercício de 2011 como forma de transparência da realização das atividades desenvolvidas pela AIM, que gerou reflexão por parte das instituições confrontando seus registros com os constantes da publicação.

- **Consulta às Atas das decisões da COGEAM**

No decorrer das avaliações documentais do exercício de 2012, constatou-se que alguns registros não representavam satisfatoriamente seus resultados. Foi necessário pesquisar atas documentos nos quais constavam "**perdão de dívidas, redução de aluguéis dentro do limites das possibilidades financeiras das instituições**", sem contudo, terem sido estas decisões instrumentalizadas juridicamente para que produzissem seus efeitos legais e contábeis.

- **Reuniões com Instituição**

O conselho esteve reunido com representantes do Instituto Metodista de Ensino Superior e da AIM para conciliar os saldos existentes no balanço publicado do exercício de 2011. As origens das divergências tinham relação direta com a não formalização e oficialização das decisões entre COGEAM, Colégio Episcopal, Rede de Ensino das Instituições e CONSAD. As conciliações e ajustes foram escrituradas no exercício de 2012 e contribuíram de forma relevante no resultado negativo do exercício no valor de R\$2.413.478,00.

- **Sistematização do registro/controlado do Imobilizado das Regiões**

Conforme vem constando nos últimos relatórios da auditoria, este conselho, entende que é necessário ultimar ações de registros/controles de forma sistematizada para que o Imobilizado venha refletir a veracidade dos números no balanço. As incorporações de bens imóveis oriundos das Regiões Eclesiásticas, da REMA e da REMNE foram contabilizados com base nos valores constantes nos balanços das Regiões, sendo posteriormente objeto de reavaliação através de valores venais constantes nos respectivos carnês de IPTU dos imóveis incorporados.

Sugerimos que sejam implementadas ações efetivas e eficientes para que reflitam as características do REGISTRO DE IMÓVEL de cada região no balanço da AIM

- **Redução/Não realização da Receita de Locação nos últimos exercícios**

A AIM tem suas atividades basicamente sustentadas pelos alugueres recebidos das instituições. Devido as dificuldades financeiras na Rede de Ensino, os mesmos, não foram executados em sua integralidade nos últimos anos, daí, os alugueres a receber se acumulam em R\$9.295.476,00, dois quais, 96% se refere ao débito do Instituto Educacional Piracicabano.

- **Outros valores a receber**

A AIM vem dando suporte às instituições nos últimos anos, este desembolso atingiu em 31/12/2012, em termos absolutos R\$14.692.600,00, em termos relativos, o Instituto Metodista Piracicabano representa 52,1% e o Instituto Metodista Bennett 46,5%.

- **Destaque do Resultado do Exercício de 2012 e futuros**

O resultado foi deficitário em R\$2.383.159,00, cabendo destacar que o ajuste de contratos exercício anteriores, incluso 2012, mencionado acima no valor de R\$2.413.478,00 sendo item de maior relevância.

Outro aspecto no resultado de 2012, diz respeito a contabilização do valor líquido dos aluguéis de R\$3.089.145,00 já repactuado pela COGEAM. Este valor comparado com a receita de aluguéis de 2011 representa uma **REDUÇÃO DE 44,5%**.

Assim, o resultado consolidado do exercício de 2012 seria positivo de R\$30.319,00 antes dos ajustes dos contratos e R\$2.508.837,00 sem o efeito da repactuação da COGEAM conforme segue:

**Demonstração do Resultado sem Ajustes de Contratos e Repactuação dos Aluguéis**

Resultado do exercício de 2012	- 2.383.159,00
+ Ajuste de Contratos	2.413.478,00
<b>Resultado sem o Ajuste</b>	<b>30.319,00</b>
Repactuação de Aluguéis (44,5% em relação 2011)	2.478.518,00
<b>Resultado Estimado desconsiderando a repactuação</b>	<b>2.508.837,00</b>

- **Empreendimentos/projetos não concluídos para cobertura de empréstimos com aval da AIM**

Conforme informações prestados pelo Secretário Geral da AIM e contador o empreendimento que garantiu os valores a receber do Instituto Metodista Piracicabano, vem sofrendo alterações nos seus prazos de entrega, dificultando a quitação dos mesmos. Há que se observar a real situação do mesmo para possamos mensurar o risco de perda no recebimento deste crédito.

Com relação aos créditos a receber do Instituto Metodista Bennett, também não chegou a este conselho o resultado das tratativas de recuperação ou não da instituição.

Cabe lembrar que na Ata da 7ª sessão plenária do XIX Concílio Geral, pag. 43 do livro de atas e documentos, foi aprovada proposta substitutiva que autorizava a venda de bens das instituições "*para sustentabilidade financeira das mesmas*" e que segundo explanação ao plenário, enfatizava a necessidade de solucionar as dívidas mais urgentes, o que incluiria os créditos da AIM.

**CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:**

- ✓ Este conselho entende que para a efetivação do PROJETO DE EXPANSÃO MISSIONÁRIA aprovado no último Concílio Geral refletindo o **clamor e anseio** dos conciliares, serão necessárias medidas eficazes e eficientes de gestão/controles que possam contribuir diretamente nos resultados e gerem recursos para implantação do projeto.

- ✓ Caba destacar que no balanço de 2012 valores a receber do IEP, BENNETT e outros totalizam R\$23.988.072,00 sem levar em consideração os perdões de dívidas não escriturados e repactuação nos alugueres futuros que não serão recebidos deixando assim de alavancar financeiramente a missão.
- ✓ Finalizando, considerando que este relatório não será parte integrante da publicação no Expositor Cristão, sugerimos que seja encaminhado cópias às COREAM's para conhecimento e providências no que couber.”

#### **Relatório de 2014**

##### **DESTAQUE DA ANÁLISE DO BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2013**

- **Redução/Não realização da Receita de Locação nos últimos exercícios**

Destacamos nesta oportunidade que a transação efetuada em 2013 que resultou na compensação e redução do débito financeiro do IEP, mediante a transferência de bem imóvel, **não resultou em benefício e/ou melhoria da condição financeira da AIM.**

Desta forma, a AIM, que tem suas atividades basicamente sustentadas pelos alugueres recebidos das instituições continua a ter sua condição financeira impactada negativamente, por decisões relacionadas a **"perdão de dívidas, redução de aluguéis dentro do limites das possibilidades financeiras das instituições"**.

O Instituto Educacional Piracicabano no exercício de 2012 era a instituição com maior volume financeiro a receber pela AIM no valor de R\$8.916.107,00, representando 96% do total de R\$9.295.476,00.

- **Outros valores a receber**

Dos R\$14.692.600, curto e longo prazo, constantes no balanço encerrado em 31/12/2012, restam R\$6.359.679,00, em termos relativos tivemos uma redução de 56,7%, por outro lado, desta redução somente R\$1.882.921,00 representou ingresso de recursos no caixa.

O valor de R\$6.450.000,00 forem incorporado ao ativo permanente como resultado do acordo para compensação de Créditos e Débitos Mútuos, celebrados em 20/12/2013.

Cabe destacar que mesmo considerando o acordo tecnicamente correto, ele não representa nenhuma melhoria na liquidez financeira da AIM.

Outro aspecto a ser considerado é se o imóvel está em uso por alguma instituição, se positivo, qual o valor do aluguel a ser recebido no exercício de 2014?

- **Destaque do Resultado do Exercício de 2013**

O resultado consolidado foi superavitário em R\$7.683.115,00, decorrente diretamente da **reversão de provisão de créditos duvidosos** contabilizados nos exercícios anteriores no valor de R\$8.666.107,00. Excluindo-se que a reversão acima, o resultado consolidado, passa a ser **deficitário** em R\$982.992,00.

A participação da AIM no resultado é deficitária de R\$405.863,00 e as instituições consolidada (FATEO, VOZ MISSIONÁRIA E CONFEDERAÇÃO DE MULHERES) somam R\$577.129,00.

Mais um exercício nossa "*atividade operacional*" **não foi capaz de gerar recursos** para reinvestir na Missão da Igreja Metodista.

- **Empreendimentos/projetos não concluídos para cobertura de empréstimos com aval da AIM**

Permanece inalterado a situação do Instituto Metodista Bennett em relação ao relatório do exercício de 2012.

**CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:**

- ✓ Entendemos que o cenário econômico e financeiro da AIM não alterou significativamente ao longo do exercício de 2013. O PROJETO DE EXPANSÃO MISSIONÁRIA aprovado no último Concílio Geral, refletindo o **clamor e anseio** dos conciliares, **continuará necessitando de investimentos para sua implementação**.
- ✓ A continuidade da gestão que "perdoa dívidas, reduz alugueres a receber e etc.", não são compatíveis com as necessidades constantes de avanços missionários. As incorporações de bens permanentes deverão ser objeto de estudo para transformá-los em ativo financeiro (venda) de forma a contribuir com o equilíbrio financeiro institucional.
- ✓ Finalizando, considerando que este relatório não será parte integrante da publicação no Expositor Cristão, sugerimos que seja **encaminhado** cópias às COREAM's para conhecimento e providências no que couber.

**Relatório de 2015**

**DESTAQUE DA ANÁLISE DO BALANÇO – EXERCÍCIO DE 2014**

- O aspecto relevante que marcou nossos trabalhos foi a constatação de que mais uma vez a decisão da COGEAM em conceder empréstimo a RME/IMS no valor de R\$1.200.000,00 sem qualquer garantia real contribuiu diretamente para a redução da disponibilidade financeiros para investimentos em projetos missionários.
- Muito embora este conselho entenda que a COGEAM tem autonomia para tal decisão, este conselho já se manifestou em relatórios anteriores expressando a fragilidade em

operações semelhantes que ocasionou perdas reais para a AIM, uma vez que, a RME continuam com sua capacidade financeira debilitada.

- O este conselho emitiu PARECER conclusivo sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2014, recomendando APROVAÇÃO com as ressalvas constantes do relatório de auditoria independente.

**CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES:**

- ✓ Mantida as recomendações do exercício anterior.

**CONCLUSÕES FINAIS**

As decisões tomadas no último Concílio, ocorreram em um ambiente de grande espiritualidade. Como prova disto, tivemos inclusive grupos que abriram mão de apresentar propostas que quebrassem tão grande comunhão.

Resumidamente este conselho entendeu, daquilo que expressou o Concílio, que para alcançar o objeto principal da AIM, Expansão Missionária no Brasil, será necessário rever processos decisórios e corrigir a caminhada administrativa, entendendo que as atividades absolutamente secundárias não podem impedir ou mesmo atrapalhar o alvo principal. Para isto, reconhece que o concílio autorizou medidas de impacto, para resolver questões financeiras que provocaram e provocam grande e importante soluções nos prejuízos identificados anteriormente na Missão.

Neste sentido, lembramos que o tema INSTITUIÇÕES (RME), já de início, pelos fatos mais críticos conhecidos, dava fácil percepção de causar limitações na missão. Naquele momento, com necessidade de intervenções emergenciais, conclui-se de modo eloquente e taxativo pela decisão e autorização da venda de patrimônios, na solução dos problemas ali relatados.

Através de informações paralelas, este Conselho Fiscal não deixou de observar que decisões não foram levadas a bom termo além de não compartilhada. Os resultados nas demonstrações contábeis ao longo desse período ainda não possibilita vislumbrar a recuperação que se esperava naquele concílio.

Conciliar objetivo cristalino do último conclave, focado em uma missão revestida com a marcante espiritualidade em toda sua extensão, atendendo normas federais, jurisprudências e doutrinas a luz da legislação vigente, além do respeito necessário às atividades de gestão, parece ser o grande “nó” para a instituição no cumprimento das decisões conciliares.

Notamos que o reconhecimento da conexionalidade das nossas igrejas pela justiça comum, visto que por isto mesmo, arrestou numerários de igrejas locais das mais variadas regiões do Brasil, acabam como que sugerindo às igrejas locais ações que visem a quebra da conectividade no “âmbito espiritual”.

Evitar prejuízos locais é manter a unidade da igreja, que geralmente desconhece “fatos que

acontecem noutros níveis” (regional e geral), entretanto, são responsáveis solidários em função da Constituição Jurídica da Associação da Igreja Metodista causando ações isoladas de cunho secular que perpassam a gestão da Igreja Local.

Esperamos que os próximos membros do conselho fiscal, no próximo período conciliar, possam interagir de forma significativa no desatar dos desafios que se apresentarem.

Agradecemos a Deus e ao XIX Concílio Geral pela oportunidade de servir a Igreja com nossos dons e talentos que o Senhor nos deu.

*“Até aqui nos ajudou o Senhor!”*

Josué Augusto da Silva – Presidente

José Maria Batista da Silva - Vice-presidente

Almir Lemos Nogueira

Paulo Damas de Sousa

Roberto Nogueira Gurgel